



Chamado para a construção de uma Frente de Oposição Independente, Classista e Combativa na USP

A greve geral de estudantes da USP deste ano colocou à prova as direções das organizações gerais estudantis, no DCE e nos CAs. O movimento levantou diversas reivindicações, mas as principais foram as de contratação dos professores necessários aos cursos nas uni-

dades, e as bolsas estudantis no valor de um salário mínimo estadual. Também foi reivindicado que fossem contratados os funcionários necessários, o que permitiria erguer um movimento unitário com os trabalhadores. Como um rastilho de pólvora, a partir do curso mais afetado, a Letras, todos

os cursos da capital se mobilizaram em greve. A mobilização grevista se espalhou pelas universidades paulistas, e havia também a mobilização de trabalhadores da Sabesp, Metrô e CPTM, criando as condições para uma grande luta contra o governo Tarçísio de Freitas.

Mas as direções estudantis de conjunto provaram ser totalmente incapazes de levar adiante a mobilização:

- 1) De forma arbitrária e às costas das assembleias gerais, por meio da comissão de negociação, excluíram da pauta reivindicações como a contratação dos funcionários necessários, e rebaixaram outras, como a redução do valor das bolsas para menos de um salário mínimo estadual;
- 2) Nas “negociações”, submeteram-se ao calendário e aos planos da reitoria/governo. Ao aceitarem os números apresentados pela burocracia universitária, e seus critérios de mérito para as contratações já previstas por esses planos, subordinaram-se completamente às imposições de Carloti/Tarçísio. O governo lhes impôs assim uma derrota política, ao fazerem com que essas

direções passassem a defender a proposta da reitoria como uma “conquista”, quando de fato NADA FOI CONQUISTADO, e pior, assinaram um acordo que previa a punição de estudantes que derrubaram a grade da Prainha, e dava carta branca aos diretores para processarem estudantes que tivessem feito “dano ao patrimônio” nas unidades;

- 3) Nos cursos mais mobilizados, não organizaram a greve como um movimento ativo, de manifestações nas ruas. Chamaram apenas atividades culturalistas ou festivas, que acabaram levando a maioria mobilizada para casa e conduzindo à greve de pijama;

- 4) Nas assembleias gerais, negaram-se a votar o comando de

greve e a comissão de negociação, constituindo-os a partir dos cursos e dos acordos burocráticos entre as correntes e partidos;

- 5) Negaram-se também a permitir que assembleia geral votasse a composição da mesa que conduz os trabalhos, quando a maioria tinha votado a continuidade da greve e as direções tinham votado pelo fim da greve, ou seja, estavam impossibilitadas de organizar a continuidade da greve aprovada;
- 6) Boicotaram completamente a decisão da assembleia geral que aprovou o apoio à ocupação dos blocos K e L, independentemente das supostas falhas em sua organização. ▶

As direções do movimento, desde o as correntes que estão à frente do DCE, até aquelas que se apresentavam como “oposição”, mas que na prática se subordinaram aos acordos de cúpula por cima da democracia das assembleias, se mostraram na prá-

tica burocráticas, avessas à democracia estudantil – especialmente quanto à soberania das assembleias gerais –, conciliadoras, desmobilizadoras, politicamente subordinadas à burocracia universitária e ao governo, divisionistas em relação aos trabalhadores da USP e aos de

fora dela. Comprovou-se uma enorme contradição entre a grande disposição de luta mostrada pelos estudantes, de um lado, e direções que negaram a todo momento a política e as formas organizativas capazes de levar à conquista das reivindicações, de outro. É quando se coloca a ne-

cessidade concreta das necessidades mais sentidas pelos estudantes que se põem à prova as suas direções políticas.

Tudo isso prova a necessidade de construir outras direções, que sejam independentes, classistas e combativas, para o DCE e a grande maioria dos CAs. Certamente existe uma diversidade de pensamentos

entre aqueles que se opuseram na prática às direções pelegas e burocráticas. Muitos dos estudantes que atuaram com toda força na greve jamais tinham participado de um movimento dessa natureza. A Pandemia quebrou uma trajetória de greves e mobilizações estudantis na USP, que se desenvolvia ano após ano desde 2000, ao ponto de reivindicar a der-

rubada da burocracia universitária em 2013, e empunhar a bandeira de um governo tripartite, dos 3 setores, e ter realizado uma greve estudantil focada na permanência estudantil em 2018. É preciso retomar essa trajetória de luta em defesa da universidade pública e gratuita a todos, e contra o privatismo, o elitismo e a precarização da universidade.

Por isso convocamos para a formação e uma FRENTE DE LUTA E DE OPOSIÇÃO ÀS ATUAIS DIREÇÕES. É preciso levar em conta que:

- 1) A necessidade de defesa real das reivindicações obriga a organizar a luta nas ruas contra a burocracia universitária e o governo.** São os métodos próprios da luta de classes que permitem ganhar a força necessária para arrancar as necessidades mais sentidas pelos estudantes;
- 2) A luta de massa somente pode ser organizada a partir da mais ampla democracia estudantil** (democracia operária aplicada ao

movimento dos estudantes). Isso pressupõe as assembleias gerais democráticas, com ampla liberdade de discussão e defesa de propostas, e com a soberania das suas decisões por cima das direções;

- 3) A defesa real das reivindicações depende da completa independência política em relação à burocracia universitária e aos governos.** Isso porque a burguesia e seus governos, bem como seus lacaios da burocracia universita-

ria, estão empenhados em cortar gastos com os serviços sociais públicos, dentre eles a Educação, em favor do parasitismo financeiro e da privatização. Também estão empenhados na precarização das relações do trabalho. No caso da USP, essa política de precarização levou à morte o estudante Felipe Varela Leme, em 2019, obrigado a fazer um trabalho de mudança que não era seu, na Escola Politécnica. ■

 A luta contra o peleguismo e burocratismo das direções é concreta: este chamado é dirigido àqueles que demonstraram na prática a disposição de combater as direções que levaram a greve à derrota. Sabemos que vai ser necessário um trabalho de construção de uma oposição a partir da prática conjunta já realizada e ainda por realizar. O desenvolvimento da prática unitária permitirá avançar

na construção de um programa que expresse a defesa das reivindicações, da democracia estudantil e da real independência política, de classe. Em seus primeiros passos, a frente única de ação e de oposição terá de avançar a partir de fundamentos que permitam a retomada da mobilização estudantil em oposição à contenção das direções burocráticas. A mais ampla liberdade de crítica e os acordos que permitam a ação unitá-

ria sem obrigar os seus integrantes a negarem seus princípios, métodos e práticas próprias é um primeiro passo. Será com a massificação do movimento que se colocará a necessidade de avançar na democracia estudantil, com posições de maioria e minoria. A partir das respostas que dê às necessidades dos estudantes e defesa da universidade pública e gratuita que a Frente será testada como direção política alternativa às atuais.

Por isso, nossa proposta de frente é de que seja:

- 1) INDEPENDENTE** – da burocracia universitária, dos governos, dos partidos burgueses e das instituições da burguesia;
- 2) CLASSISTA** – oposta aos capitalistas e seus governos e lacaios, defensora da unidade entre os estudantes, o proletariado e demais trabalhadores, assenta-
- 3) COMBATIVA** – que não se subordine às

da nos métodos da luta de classes como meio de buscar o atendimento das reivindicações;

pressões da burocracia/governo, que não use o movimento como meio de barganha, mas que use as negociações como meio de impulsionar a mobilização. ■

PALESTINA

Pela derrota militar do sionismo e do imperialismo

UCRÂNIA

Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia!